

Autopista Régis Bittencourt S.A.

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Declaração para fins do Artg. 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração;



DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A. (“Autopista Regis”), companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.336.431/0001-06, com sede na Rodovia SP 139, nº 226, Bairro São Nicolau, CEP: 11.900-000, Município de Registro, Estado de São Paulo, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Registro, 25 de fevereiro de 2015.

Eneo Palazzi
Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relação com Investidores

Márcio Augusto Travain
Diretor Adm. Financeiro

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A. (“Autopista Regis”), companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.336.431/0001-06, com sede na Rodovia SP 139, nº 226, Bairro São Nicolau, CEP: 11.900-000, Município de Registro, Estado de São Paulo, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Registro, 25 de fevereiro de 2015.

Eneo Palazzi
Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relação com Investidores

Márcio Augusto Travain
Diretor Adm. Financeiro

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

AUTOPISTA REGIS BITTENCOURT S.A.

**Relatório dos auditores
independentes**

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

AUTOPISTA REGIS BITTENCOURT S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Autopista Regis Bittencourt S.A.
Registro - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da **Autopista Regis Bittencourt S.A.** (“Sociedade”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas nacionais e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Autopista Regis Bittencourt S.A.** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis.

Registro, 24 de fevereiro de 2015.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1 SP 124504/O-9

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S/A

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| ATIVOS | Nota explicativa | 31.12.2014 | 31.12.2013 | PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Nota explicativa | 31.12.2014 | 31.12.2013 |
|---|---------------------|-------------------------|-------------------------|---|---------------------|-------------------------|-------------------------|
| | | | | | | | |
| CIRCULANTES | | | | CIRCULANTES | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 62.830 | 42.254 | Empréstimos e financiamentos | 12 | 66.937 | 37.373 |
| Contas a receber | 6 | 15.737 | 14.588 | Transações com partes relacionadas | 15 | 14.393 | 9.908 |
| Contas a receber - partes relacionadas | 15 | 9 | 855 | Debêntures | 13 | 45.383 | - |
| Estoques | | 1.336 | 346 | Fornecedores | 14 | 31.956 | 27.013 |
| Despesas antecipadas | | 2.768 | 1.948 | Fornecedores - partes relacionadas | 15 | 109 | 8.904 |
| Impostos a recuperar | | 5.477 | 4.173 | Obrigações sociais | | 5.881 | 6.247 |
| Outros créditos | | 221 | 114 | Obrigações fiscais | | 4.300 | 3.913 |
| Total dos ativos circulantes | | <u>88.378</u> | <u>64.278</u> | Contas a pagar - partes relacionadas | 15 | 881 | 892 |
| | | | | Cauções contratuais | | 15.996 | 9.283 |
| NÃO CIRCULANTES | | | | Taxa de fiscalização | | 1.002 | 947 |
| Aplicações financeiras vinculadas (Conta Reserva) | 8 | 29.038 | 16.196 | Dividendos propostos | 18 c) | 4.264 | 7.675 |
| Depósitos judiciais | | 648 | - | Provisão para investimentos em rodovias | 16 | 8.960 | 458 |
| Imobilizado | 9 | 3.053 | 9.210 | Sinistros recebidos | | 2.630 | 3.336 |
| Intangível | 10 | 1.639.190 | 1.225.748 | Outras contas a pagar | | 94 | 229 |
| Diferido | 11 | 14.640 | 18.174 | Total dos passivos circulantes | | <u>202.786</u> | <u>116.178</u> |
| Total dos ativos não circulantes | | <u>1.686.569</u> | <u>1.269.328</u> | NÃO CIRCULANTES | | | |
| | | | | Empréstimos e financiamentos | 12 | 781.636 | 591.986 |
| | | | | Transações com partes relacionadas | 15 | 147.379 | 127.471 |
| | | | | Debêntures | 13 | - | 40.389 |
| | | | | Provisão para riscos civeis e trabalhistas | 16 | 1.859 | 1.417 |
| | | | | Imposto de renda e contribuição social diferidos | 7 | 72.357 | 62.820 |
| | | | | Provisão para manutenção em rodovias | 16 | 49.752 | 41.549 |
| | | | | Provisão para investimentos em rodovias | 16 | - | 7.982 |
| | | | | Total dos passivos não circulantes | | <u>1.052.983</u> | <u>873.614</u> |
| | | | | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| | | | | Capital social | 18 a) | 358.785 | 197.110 |
| | | | | Reservas de lucros | 18 b) | 160.393 | 146.704 |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | <u>519.178</u> | <u>343.814</u> |
| TOTAL DOS ATIVOS | | <u><u>1.774.947</u></u> | <u><u>1.333.606</u></u> | TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | <u><u>1.774.947</u></u> | <u><u>1.333.606</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA RÉGIS BITENCOURT S/A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O PERÍODO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do período por ação básico e diluído)

| | Nota explicativa | 31.12.2014 | 31.12.2013 |
|---|---------------------|------------|------------|
| Serviços prestados | | 267.148 | 270.240 |
| Receita dos serviços de construção | | 435.615 | 251.685 |
| Outras Receitas | | 1.881 | 1.179 |
| Deduções dos serviços prestados | | (23.479) | (23.508) |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 19 | 681.165 | 499.596 |
| Custo dos serviços prestados | | (141.949) | (133.772) |
| Custo dos serviços de construção | | (435.615) | (251.685) |
| CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS | 20 | (577.564) | (385.457) |
| LUCRO BRUTO | | 103.601 | 114.139 |
| Despesas gerais e administrativas | 20 | (24.061) | (18.925) |
| Remuneração da Administração | 15 | (1.621) | (940) |
| Tributárias | | (417) | (228) |
| LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS | | 77.502 | 94.046 |
| Receitas financeiras | 21 | 6.330 | 5.309 |
| Despesas financeiras | 21 | (56.342) | (50.232) |
| LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | 27.490 | 49.123 |
| Imposto de renda e contribuição social - correntes | 23 | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social - diferidos | 23 | (9.537) | (16.806) |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 17.953 | 32.317 |
| LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO | | 0,08574 | 0,24978 |

(*) Não há resultados abrangentes no exercício corrente e no exercício anterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S/A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | Nota explicativa | Capital social | Reservas de lucros | | Lucros acumulados | Patrimônio líquido |
|--|------------------|----------------|--------------------|--------------------|-------------------|--------------------|
| | | | Legal | Retenção de lucros | | |
| SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2013 | | 135.768 | 7.374 | 114.688 | - | 257.830 |
| Aumento de capital em reversão de dividendos | | 11.342 | - | - | - | 11.342 |
| Aumento de capital em recursos financeiros | 18 a) | 50.000 | - | - | - | 50.000 |
| Lucro líquido do período | | - | - | - | 32.317 | 32.317 |
| Destinação do lucro líquido: | | | | | | |
| Reserva Legal | | - | 1.616 | - | (1.616) | - |
| Dividendos propostos | 18 c) | - | - | - | (7.675) | (7.675) |
| Retenção de lucros | 18 b) | - | - | 23.026 | (23.026) | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 | | <u>197.110</u> | <u>8.990</u> | <u>137.714</u> | <u>-</u> | <u>343.814</u> |
| Aumento de capital em reversão de dividendos | 18 a) | 7.675 | - | - | - | 7.675 |
| Aumento de capital em recursos financeiros | 18 a) | 154.000 | - | - | - | 154.000 |
| Lucro líquido do período | | - | - | - | 17.953 | 17.953 |
| Destinação do lucro líquido: | | | | | | |
| Reserva Legal | | - | 896 | - | (896) | - |
| Dividendos propostos | 18 c) | - | - | - | (4.264) | (4.264) |
| Retenção de lucros | 18 b) | - | - | 12.793 | (12.793) | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 | | <u>358.785</u> | <u>9.886</u> | <u>150.507</u> | <u>-</u> | <u>519.178</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S/A

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | 31.12.2014 | 31.12.2013 |
|--|------------|------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Lucro líquido do período | 17.953 | 32.317 |
| Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais: | | |
| Depreciações e amortizações | 44.152 | 36.418 |
| Baixa de ativos permanentes | 823 | 17 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 9.537 | 16.806 |
| Juros e variações monetárias de empréstimos | 34.362 | 35.030 |
| Juros e variações monetárias de empréstimos - partes relacionadas | 16.932 | 11.657 |
| Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente | 2.606 | 1.985 |
| Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais | 4.198 | 694 |
| Constituição (reversão) de provisão para manutenção | 6.116 | 13.431 |
| Redução (aumento) dos ativos operacionais: | | |
| Contas a receber | (1.149) | (802) |
| Contas a receber - partes relacionadas | 846 | (3) |
| Estoques | (990) | 355 |
| Despesas antecipadas | (820) | (538) |
| Impostos a recuperar | (917) | (855) |
| Outros créditos | (107) | (104) |
| Depósitos judiciais | (609) | - |
| Aumento (redução) dos passivos operacionais: | | |
| Fornecedores | (3.736) | (8.942) |
| Fornecedores - partes relacionadas | (5.274) | 5.279 |
| Cauções contratuais de fornecedores | 5.045 | (257) |
| Obrigações sociais | (366) | 1.803 |
| Obrigações fiscais | 612 | 131 |
| Outras contas a pagar | (135) | 153 |
| Credores pela concessão | 55 | 55 |
| Riscos cíveis trabalhistas e fiscais | (3.756) | (128) |
| Pagamento de juros - federais | (52.670) | (45.164) |
| Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais | 72.708 | 99.338 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| Aquisições de itens do ativo imobilizado | (1.341) | (6.247) |
| Aquisições de itens do Intangível | (422.306) | (244.951) |
| Aplicação financeira vinculada | (18.117) | (16.885) |
| Valor resgatado das aplicações vinculadas | 6.955 | 20.001 |
| Integralização de capital | 154.000 | 50.000 |
| Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento | (280.809) | (198.081) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Empréstimos e financiamentos: | | |
| Captações | 260.889 | 115.685 |
| Pagamentos | (42.212) | (67.186) |
| Aumento de mútuos | 10.000 | - |
| Debêntures: | | |
| Emissão de Debêntures | - | 39.400 |
| Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento | 228.677 | 87.899 |
| AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 20.576 | (10.844) |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO | 42.254 | 53.098 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO | 62.830 | 42.254 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| RECEITAS | | |
| Prestação de serviços | 267.148 | 270.240 |
| Receita dos serviços de construção | 435.615 | 251.685 |
| Outras receitas | 1.881 | 1.179 |
| | <u>704.644</u> | <u>523.104</u> |
| CUSTOS | | |
| Custo dos serviços prestados | (48.687) | (43.048) |
| Custo dos serviços de construção | (435.615) | (251.685) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (10.181) | (5.397) |
| Custo da concessão | (19.091) | (17.371) |
| Custo de provisão de manutenção em rodovias | (6.116) | (13.431) |
| Outros custos | (10.524) | (9.598) |
| | <u>(530.214)</u> | <u>(340.530)</u> |
| VALOR ADICIONADO BRUTO | <u>174.430</u> | <u>182.574</u> |
| DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES | (44.152) | (36.418) |
| VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO | <u>130.278</u> | <u>146.156</u> |
| VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA | | |
| Receitas financeiras | 6.330 | 5.309 |
| Juros capitalizados | 19.194 | 8.290 |
| | <u>25.524</u> | <u>13.599</u> |
| VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR | <u>155.802</u> | <u>159.755</u> |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | |
| Pessoal e encargos: | | |
| Remuneração direta | 23.118 | 22.754 |
| Benefícios | 5.057 | 4.550 |
| FGTS | 1.482 | 1.515 |
| Impostos, taxas e contribuições: | | |
| Federais (incluindo IOF) | 19.463 | 26.777 |
| Municipais | 13.193 | 13.320 |
| Remuneração de capitais de terceiros: | | |
| Despesas financeiras | 237 | 449 |
| Juros | 36.474 | 36.141 |
| Juros capitalizados | 19.194 | 8.290 |
| Outras | 2.699 | 1.985 |
| Remuneração de capitais próprios: | | |
| Juros - partes relacionadas | 16.932 | 11.657 |
| Dividendos propostos | 4.264 | 7.675 |
| Lucros retidos do exercício | 13.689 | 24.642 |
| | <u>155.802</u> | <u>159.755</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Autopista Régis Bittencourt S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139 nº 226 e foi constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. (“Arteris”). A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”), sob forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2015.

2. CONCESSÕES

A Autopista Régis Bittencourt S.A. é uma sociedade por ações, e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela ANTT.

A Autopista Régis Bittencourt S.A. está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 542 - SP. A Sociedade assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30,5 km de duplicação de rodovia.
- 30 km de terceira faixa.
- 55 km de vias laterais.
- 26,4 km de variantes/contornos.
- Construção de 51 passarelas.
- Construção de 6 praças de pedágio.
- Construção de 9 Bases de Serviços Operacionais - BSO's.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão dessa Sociedade, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Em decorrência dos modelos de contratos de concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagam ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela concessionária decorrentes dos contratos de concessão são:

- (a) Efetuar o recolhimento à ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todo o prazo da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$8.436 na data-base da concessão. A partir de 31 de dezembro de 2014 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$153.254 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.

- (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do Edital do Leilão.
- (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio das rodovias, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- (g) O estatuto social da Sociedade previu a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$1.399.384 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$602.465 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

Referidas estimativas de investimentos foram calculadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

A sociedade celebrou "Termos de Ajuste de Conduta-TACs", com a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início das concessões até 22/09/2014.

Em decorrência da assinatura deste termo de ajuste, a Sociedade, realizará o montante equivalente à R\$29 milhões em novas obras não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão.

A Sociedade esta definindo junto a ANTT as obras que farão parte deste termo e, estes investimentos serão avaliados com base em laudo de peritos independentes para que seja determinado o momento do reconhecimento do ativo intangível entre dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por

meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Os julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade estão descritas a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas dos contratos de concessão, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade dos contratos de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos Contratos de Concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente a contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria “Empréstimos e Recebíveis”, descritos como segue:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

b) Aplicações financeiras

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário - CDB e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

c) Contas a receber

Apresentadas pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, quando aplicável, limitadas ao prazo da concessão.

4.3. Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuro incorporado no ativo.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5. Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo do contrato.

4.6. Instrumentos financeiros passivos

a) Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

4.7. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na

demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, conforme nota explicativa nº 7.

4.8. Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos, nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Sociedade detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil-econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

4.9. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para

liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 16.

4.10. Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2014, sendo que a Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2014. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

| <u>Circulantes</u> | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Provisão para investimento em rodovias - real | 9.252 | 474 |
| Provisão para investimento em rodovias a valor presente | <u>8.960</u> | <u>458</u> |
| Efeito do ajuste a valor presente | <u>292</u> | <u>16</u> |
| <u>Não circulantes</u> | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
| Provisão para investimento em rodovias - real | - | 8.778 |
| Provisão para investimento em rodovias a valor presente | <u>-</u> | <u>7.982</u> |
| Efeito do ajuste a valor presente | <u>-</u> | <u>796</u> |
| Provisão para manutenção em rodovias - real | 60.755 | 47.254 |
| Provisão para manutenção em rodovias a valor presente | <u>49.752</u> | <u>41.549</u> |
| Efeito do ajuste a valor presente | <u>11.003</u> | <u>5.705</u> |

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

4.11. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecida nos contratos de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.12. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.13. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na Nota explicativa nº18.

4.14. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.15. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Eles serão

adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

| Pronunciamento | Descrição | Vigência |
|---|---|----------|
| Alterações à IFRS 11 - Contabilizações para aquisições de participações em operações em conjunto | Fornece as orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta na qual as atividades constituem um negócio conforme definido na IFRS 3 - Combinações de negócios. As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível. | (1) |
| Alterações à IAS 16 a IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização | Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes. | (1) |
| IFRS 15 - Receita de contratos com clientes | Revisão em 2014, contém exigências para: a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) metodologia de redução ao valor recuperável; c) contabilização geral de hedge. | (2) |
| IFRS 9 - Instrumentos financeiros | | (3) |

(1) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;

(2) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;

(3) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| Caixa e contas bancárias | 1.560 | 1.816 |
| Aplicações financeiras (*) | <u>61.270</u> | <u>40.438</u> |
| Total | <u>62.830</u> | <u>42.254</u> |

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, essas aplicações se referem a fundos de investimentos, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição.

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 100,1% da variação do CDI no período.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Pedágio eletrônico a receber (*) | 14.736 | 13.403 |
| Cupons de pedágio a receber | 820 | 968 |
| Cartões de pedágio a receber | <u>181</u> | <u>217</u> |
| Total | <u>15.737</u> | <u>14.588</u> |

(*) Conforme nota explicativa nº 25c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2014 e 2013. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Passivo não circulante | | |
| Bases do passivo diferido: | | |
| Prejuízo fiscal (a) | 50.464 | 9.678 |
| Provisão de participação nos lucros | 1.604 | 2.507 |
| Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b) | 1.859 | 1.417 |
| Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (c) | | |
| Provisão para manutenção | 49.752 | 38.923 |
| Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas | (318.245) | (241.142) |
| Ajuste dos encargos financeiros | 1.717 | 3.823 |
| Estorno de capitalização de juros | 34 | 28 |
| Base de cálculo | <u>(212.815)</u> | <u>(184.766)</u> |
| Alíquota nominal combinada | 34% | 34% |
| Total do imposto de renda e contribuição social diferidos | <u>(72.357)</u> | <u>(62.820)</u> |

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

(b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(c) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercícios a findar-se em:

| | |
|-----------|-----------------|
| 2015 | (307) |
| 2016 | (3.043) |
| 2017 | (3.168) |
| 2018 | (3.298) |
| 2019 | (3.434) |
| Após 2020 | <u>(59.107)</u> |
| | <u>(72.357)</u> |

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos com o BNDES. Abaixo encontra-se breve descrição dessas obrigações:

A concessionária deve depositar em conta pagamento de instituição financeira parte das receitas operacionais, 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 os saldos são respectivamente R\$ 29.038 e R\$ 16.196, sendo remuneradas em média a 100,1% da variação do CDI.

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

| <u>Custo do imobilizado</u> | <u>Móveis, utensílios e instalações</u> | <u>Computadores e periféricos</u> | <u>Veículos</u> | <u>Instalações, edifícios e dependências</u> | <u>Máquinas e equipamentos</u> | <u>Imobilizado em andamento</u> | <u>Total</u> |
|-------------------------------------|---|-----------------------------------|-----------------|--|--------------------------------|---------------------------------|----------------|
| Saldo em 31.12.2012 | 789 | 570 | 188 | 2.137 | 1.274 | - | 4.958 |
| Adições | 50 | 72 | 29 | 6.024 | 128 | - | 6.303 |
| Alienações/baixas | (5) | - | - | - | - | - | (5) |
| Saldo em 31.12.2013 | 834 | 642 | 217 | 8.161 | 1.402 | - | 11.256 |
| Adições | 46 | 293 | - | 650 | 672 | 39 | 1.700 |
| Transferências/Reclassificações (a) | - | 7 | - | (8.158) | - | (7) | (8.158) |
| Alienações/baixas | - | - | - | - | (1) | - | (1) |
| Saldo em 31.12.2014 | 880 | 942 | 217 | 653 | 2.073 | 32 | 4.797 |
| <u>Depreciação acumulada</u> | | | | | | | |
| Saldo em 31.12.2012 | (232) | (365) | (114) | (268) | (272) | - | (1.251) |
| Depreciações/amortizações | (82) | (96) | (39) | (444) | (134) | - | (795) |
| Alienações/baixas | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31.12.2013 | (314) | (461) | (153) | (712) | (406) | - | (2.046) |
| Depreciações/amortizações | (86) | (89) | (27) | (49) | (176) | - | (427) |
| Transferências/Reclassificações | - | - | - | 729 | - | - | 729 |
| Alienações/baixas | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31.12.2014 | (400) | (550) | (180) | (32) | (582) | - | (1.744) |
| <u>Imobilizado líquido</u> | | | | | | | |
| Saldo em 31.12.2013 | 520 | 181 | 64 | 7.449 | 996 | - | 9.210 |
| Saldo em 31.12.2014 | 480 | 392 | 37 | 621 | 1.491 | 32 | 3.053 |
| Taxas de depreciação - % | 10 | 20 | 20 | 4 | 10 | - | |

(a) Refere-se à transferência de imobilizado para intangível devido à desapropriação de imóvel de terceiro onde se localiza a sede administrativa, passando o local a ser de domínio do poder concedente, como sendo parte da faixa de domínio.

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

| <u>Custo do intangível</u> | <u>Intangível em rodovias - obras e serviços (a)</u> | <u>Software</u> | <u>Intangível em andamento</u> | <u>Adiantamento a fornecedores (b)</u> | <u>Total</u> |
|---------------------------------|--|---------------------|------------------------------------|--|-------------------------|
| Saldo em 31.12.2012 | 820.409 | 843 | 230.898 | 3.487 | 1.055.637 |
| Adições | 99.628 | 284 | 157.444 | 243 | 257.599 |
| Transferências/Reclassificações | 170.045 | 1 | (167.186) | (2.890) | (30) |
| Alienações/baixas | <u>(26)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(26)</u> |
| Saldo em 31.12.2013 | <u>1.090.056</u> | <u>1.128</u> | <u>221.156</u> | <u>840</u> | <u>1.313.180</u> |
| Adições | 106.254 | 401 | 330.372 | 10.000 | 447.027 |
| Transferências/Reclassificações | 108.090 | - | (89.092) | (10.840) | 8.158 |
| Alienações/baixas | <u>(39)</u> | <u>-</u> | <u>(783)</u> | <u>-</u> | <u>(822)</u> |
| Saldo em 31.12.2014 | <u>1.304.361</u> | <u>1.529</u> | <u>461.653</u> | <u>=</u> | <u>1.767.543</u> |
| <u>Amortização acumulada</u> | | | | | |
| Saldo em 31.12.2012 | (55.016) | (370) | - | - | (55.386) |
| Amortização | (31.907) | (183) | - | - | (32.090) |
| Transferências/Reclassificações | 31 | (1) | - | - | 30 |
| Alienações/baixas | <u>14</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>14</u> |
| Saldo em 31.12.2013 | <u>(86.878)</u> | <u>(554)</u> | <u>=</u> | <u>=</u> | <u>(87.432)</u> |
| Amortização | (39.975) | (217) | - | - | (40.192) |
| Transferências/Reclassificações | (729) | - | - | - | (729) |
| Saldo em 31.12.2014 | <u>(127.582)</u> | <u>(771)</u> | <u>=</u> | <u>=</u> | <u>(128.353)</u> |
| <u>Intangível líquido</u> | | | | | |
| Saldo em 31.12.2013 | <u>1.003.178</u> | <u>574</u> | <u>221.156</u> | <u>840</u> | <u>1.225.748</u> |
| Saldo em 31.12.2014 | <u>1.176.779</u> | <u>758</u> | <u>461.653</u> | <u>=</u> | <u>1.639.190</u> |
| Taxas anuais de amortização | <u>3,6%</u> | <u>20%</u> | | | |

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado até o prazo final da concessão.

- (b) No primeiro trimestre de 2014 foram efetuados adiantamentos no montante de R\$ 10.000, para deslocamento de máquinas e equipamentos para o local de início das obras de construções de três túneis e cinco elevados na duplicação da Serra do Cafezal.

11. DIFERIDO

É representado por:

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Gastos pré-operacionais: | | |
| Pessoal/administradores | 5.568 | 5.568 |
| Consumo | 5.129 | 5.129 |
| Custos contratuais da concessão | 9.101 | 9.101 |
| Depreciações e amortizações | 115 | 115 |
| Conservação da rodovia | 13.309 | 13.309 |
| Serviços de terceiros | 1.742 | 1.742 |
| Tributários | 2.378 | 2.378 |
| Resultados financeiros | (1.880) | (1.880) |
| Outros gastos | (124) | (124) |
| | 35.338 | 35.338 |
| Amortização acumulada | <u>(20.697)</u> | <u>(17.164)</u> |
| | <u>14.641</u> | <u>18.174</u> |

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

| | <u>Encargos anuais</u> | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|--|------------------------|-------------------|-------------------|
| Passivo circulante: | | | |
| Financiamento de investimentos (BNDES) (a) | TJLP + 2,21% a.a. | 66.937 | 37.229 |
| Financiamento de equipamentos - (FINAME) (b) | TJLP + 2,6% a.a. | - | 144 |
| | | <u>66.937</u> | <u>37.373</u> |
| Passivo não circulante: | | | |
| Financiamento de investimentos (BNDES) (a) | TJLP + 2,21% a.a. | 781.636 | 591.986 |
| | | <u>848.573</u> | <u>629.359</u> |

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

(a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

(b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias.

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

| | |
|-------------------|----------------|
| Ano de vencimento | |
| 2016 | 69.331 |
| 2017 | 74.338 |
| 2018 | 79.707 |
| 2019 | 85.463 |
| Após 2020 | <u>472.797</u> |
| | <u>781.636</u> |

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Dentre essas cláusulas, as principais são as seguintes:

Da Sociedade

- a) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência dos contratos de financiamento.
- b) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento dos contratos de concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT.
- c) Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação dos contratos, balanços auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
- d) Exceto no caso de expressa anuência do BNDES, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos até a conclusão física dos projetos financiados.
- e) Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos, pagamento de juros dos mútuos ou amortização de principal desses mútuos quando a relação entre o patrimônio líquido e o passivo total for inferior a 20%.
- f) Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- g) Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da receita bruta, adotando-se as

seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta condição:

- 1) Receita bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício.
- 2) Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos.
- 3) Ficam excluídos do cômputo os valores referentes:
 - 3.1 À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação das concessionárias.
 - 3.2 Aos mútuos concedidos às concessionárias por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros dos contratos de mútuo.
 - 3.3 Aos saldos devedores referentes ao crédito decorrente dos Contratos.
- h) Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

| Geração de Caixa da Atividade | Serviço da Dívida | EBITDA |
|-------------------------------|------------------------------|--|
| (+) EBITDA | (+) Amortização de principal | (+) Lucro líquido |
| (-) Imposto de renda | (+) Pagamentos de juros | (+) Despesa/receita financeira líquida |
| (-) Contribuição social | | (+) Depreciações e amortizações |
| | | (+) Provisão para imposto de renda e contribuição social |
| | | (+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais |

- i) Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou sua respectiva aplicação financeira sem prévio e exposto consentimento do BNDES.
- j) Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pelas concessionárias nos contratos de financiamentos, o

valor mínimo do equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento.

- k) Além das hipóteses indicadas acima, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses:
 - (a) Inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico.
 - (b) A redução do quadro de pessoal sem atendimento ao programa de treinamento aprovado pelo BNDES.
 - (c) A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.
 - (d) A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção dos Contratos de Concessão.
 - (e) O descumprimento da obrigação estabelecida no cálculo do índice ICSD mencionado anteriormente.

Do acionista

- a) Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão das concessionárias, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração das concessionárias ou em transferência do controle acionário das concessionárias, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador das concessionárias.
- b) Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social das concessionárias, de dispositivo que importe em restrições à capacidade de crescimento ou desenvolvimento tecnológico das concessionárias ou que importem em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- c) Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social das concessionárias, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.

- d) Manter, durante a vigência do Contrato, suas atuais participações no capital social das concessionárias, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social das concessionárias, sem prévia e expressa anuência do BNDES.
- e) Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência dos Contratos, a totalidade das ações emitidas pelas concessionárias.
- f) Na hipótese de extinção dos Contratos de Concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões das concessionárias ou ainda por falência ou recuperação judicial das concessionárias, pagar, de forma solidária, o equivalente a 25% do saldo devedor perante o BNDES, em até 90 dias a contar do término dos Contratos de Concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, a interveniente deverá pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de 60 dias a partir deste pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização.

Caso a indenização não ocorra no prazo de 12 meses a contar do término do Contrato de Concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até 60 dias após expirado prazo.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas dos contratos com o BNDES nas datas das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

São representados por:

| <u>Série</u> | <u>Quantidade emitida unitária</u> | <u>Taxas contratuais(%)</u> | <u>Vencimentos</u> | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|----------------|------------------------------------|-----------------------------|--------------------|-------------------|-----------------------|
| | | | | <u>Circulante</u> | <u>Não circulante</u> |
| 1ª Emissão (a) | 3.940 | CDI + 1,4% a.a. | Julho/2015 | <u>45.383</u> | <u>40.389</u> |

- (a) 1ª emissão de debêntures emitida em 04 de outubro de 2013 com valor nominal unitário em 31 de dezembro de 2014 de R\$10 (dez mil Reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

| | Data da emissão | Valor Nominal | Data da integralização | Valor Subscrito |
|------------|-----------------|---------------|------------------------|-----------------|
| 1ª Emissão | 04/10/13 | 39.400 | 04/10/2013 | 39.415 |

A remuneração das debêntures da 1ª emissão será paga em uma única parcela juntamente com o principal na data do seu vencimento.

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e aditamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade, não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por aval prestado pela Arteris S.A., em favor dos debenturistas.

14. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de R\$31.953 (R\$27.013 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas referem-se a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

| <u>Ativo circulante</u> | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Contas a receber: | | |
| Paulista Gerenciamento de Rodovias Ltda. (c) | - | 599 |
| Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c) | - | 253 |
| Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a) | 5 | 1 |
| Autopista Fluminense S.A. (a) | - | 1 |
| Autopista Fernão Dias S.A. (a) | - | 1 |
| Autopista Planalto Sul S.A. (a) | <u>4</u> | - |
| Total | <u>9</u> | <u>855</u> |

| | | |
|--|-------------------|-------------------|
| <u>Passivo circulante</u> | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
| Empréstimos: | | |
| Mútuos - Arteris S.A. (d) | 14.393 | 9.908 |
| Contas a pagar: | | |
| Arteris S.A. (a) | 881 | 892 |
| Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b) | 109 | 8.566 |
| Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b) | - | 338 |
| Dividendos propostos: | | |
| Arteris S.A. | <u>4.264</u> | <u>7.675</u> |
| Total | <u>19.647</u> | <u>27.379</u> |

| | | |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| <u>Passivo não circulante</u> | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
| Empréstimos: | | |
| Mútuos - Arteris S.A. (d) | <u>147.379</u> | <u>127.471</u> |
| Total | <u>147.379</u> | <u>127.471</u> |

| Contas de Resultado: | <u>31.12.2014</u> | | | <u>31.12.2013</u> | | |
|--|-------------------------------|-------------------------------------|------------------------|-------------------------------|-------------------------------------|------------------------|
| | <u>Conservação da rodovia</u> | <u>Receita/Despesas financeiras</u> | <u>Despesas gerais</u> | <u>Conservação da rodovia</u> | <u>Receita/Despesas financeiras</u> | <u>Despesas gerais</u> |
| Arteris S.A. (a) e (d) | - | 16.932 | 5.075 | - | 11.657 | 2.663 |
| Paulista Infra-Estrutura Ltda. (a) Latina | - | - | - | - | - | 8 |
| Manutenção de Rodovias Ltda. (b) Autopista | 252 | - | 82 | 483 | - | 547 |
| Fluminense S.A. (a) | - | - | 1 | - | - | 1 |
| Autopista Fernão Dias S.A. (a) | - | - | - | - | - | 1 |
| Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (a) | - | - | 1 | - | - | 1 |
| Autovias S.A. (a) | - | - | 1 | - | - | - |
| Vianorte S.A. (a) | - | - | 1 | - | - | - |
| Total | <u>252</u> | <u>16.932</u> | <u>5.161</u> | <u>483</u> | <u>11.657</u> | <u>3.221</u> |

(a) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao

processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris, controladora da Sociedade, adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.

- (b) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (c) Referem-se a créditos de saldos de provisões trabalhistas de colaboradores transferidos destas empresas para a Sociedade a serem reembolsados.
- (d) Contratos de mútuo obtidos para financiamento das operações da Sociedade. Os juros são calculados tendo como base 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,4% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2016, conforme demonstrados a seguir:

| <u>Data da Liberação</u> | <u>Vencimento</u> | <u>Encargos</u> | <u>Valor do principal</u> | <u>Juros</u> | |
|--------------------------|-------------------|-------------------|---------------------------|-------------------|-------------------|
| | | | | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
| 29/09/2008 | Dezembro de 2017 | CDI + 1,037% a.a. | 4.000 | 2.994 | 2.352 |
| 06/10/2008 | Dezembro de 2017 | CDI + 1,037% a.a. | 7.000 | 5.211 | 4.091 |
| 27/10/2008 | Dezembro de 2017 | CDI + 1,037% a.a. | 17.000 | 12.449 | 9.746 |
| 05/11/2008 | Dezembro de 2017 | CDI + 1,037% a.a. | 7.000 | 5.087 | 3.978 |
| 27/11/2008 | Dezembro de 2017 | CDI + 1,037% a.a. | 22.000 | 15.712 | 12.252 |
| 05/12/2008 | Dezembro de 2017 | CDI + 1,037% a.a. | 7.000 | 4.966 | 3.868 |
| 19/12/2008 | Dezembro de 2017 | CDI + 1,037% a.a. | 24.000 | 16.839 | 13.092 |
| 07/07/2014 | Dezembro de 2017 | CDI + 1,4% a.a. | <u>10.000</u> | <u>514</u> | - |
| | | | <u>98.000</u> | <u>63.772</u> | <u>49.379</u> |

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade reconheceu os montantes de R\$1.621 (R\$940 em 31 de dezembro de 2013) respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade ou a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente, as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$2.206 e R\$2.507.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e ex-empregados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de ex-empregados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é conforme segue:

| | <u>31.12.2013</u> | <u>Adições</u> | <u>Reversões</u> | <u>Utilizações</u> | <u>31.12.2014</u> |
|--------------|-------------------|----------------|------------------|--------------------|-------------------|
| Cíveis | 1.169 | 5.824 | (1.939) | (3.756) | 1.298 |
| Trabalhistas | <u>248</u> | <u>837</u> | <u>(524)</u> | - | <u>561</u> |
| Total | <u>1.417</u> | <u>6.661</u> | <u>(2.463)</u> | <u>(3.756)</u> | <u>1.859</u> |

| | <u>31.12.2012</u> | <u>Adições</u> | <u>Reversões</u> | <u>Utilizações</u> | <u>31.12.2013</u> |
|--------------|-------------------|----------------|------------------|--------------------|-------------------|
| Cíveis | 666 | 941 | (310) | (128) | 1.169 |
| Trabalhistas | 185 | 207 | (144) | - | 248 |
| Total | <u>851</u> | <u>1.148</u> | <u>(454)</u> | <u>(128)</u> | <u>1.417</u> |

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$1.720 e R\$1.299, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2014 (R\$625 e R\$119 em 31 de dezembro de 2013).

A Sociedade constituiu provisão de riscos cíveis no valor de R\$4.257 referente a autos de infração por parte da ANTT, tal decisão foi tomada por ter esgotado todos os recursos administrativos e por não ser viável o questionamento judicial pelo fato de não haver argumentos suficientes que possibilitasse a judicialização. Em agosto de 2014 a Sociedade efetuou pagamento de parte destes autos de infração com desconto no montante de R\$3.480, não restando provisão em 31 de dezembro de 2014.

Os depósitos judiciais nos montantes de R\$648 (não havia saldo em 31 de dezembro de 2013) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Em maio e junho de 2014 a Sociedade ajuizou na Justiça Federal, o valor de R\$608, ações em face da ANTT, com o objetivo de anular autos de infração impostos pela Agência. Na opinião de consultores legais tais autos apresentam fragilidade nas motivações e desproporcionalidade dos valores apresentados.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são conforme seguem:

| <u>Provisões</u> | <u>Circulante</u> | | <u>Não circulante</u> | |
|-------------------------|---------------------------|------------------------|---------------------------|------------------------|
| | Investimentos em rodovias | Manutenção em rodovias | Investimentos em rodovias | Manutenção em rodovias |
| Saldos em 31.12.2013 | 458 | 41.549 | 7.982 | - |
| Adições | - | 6.116 | - | - |
| Utilizações | - | - | - | - |
| Ajuste a valor presente | - | 2.087 | 520 | - |
| Transferências | <u>8.502</u> | - | <u>(8.502)</u> | - |
| Saldos em 31.12.2014 | <u>8.960</u> | <u>49.752</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |

| <u>Provisões</u> | <u>Circulante</u> | | <u>Não circulante</u> | |
|-------------------------|------------------------|---------------------------|------------------------|---------------------------|
| | Manutenção em rodovias | Investimentos em rodovias | Manutenção em rodovias | Investimentos em rodovias |
| Saldos em 31.12.2012 | 8.742 | - | 17.930 | 7.936 |
| Adições | 4.180 | - | 9.251 | - |
| Utilizações | (35) | - | - | - |
| Ajuste a valor presente | 100 | - | 1.381 | 504 |
| Transferências | <u>(12.987)</u> | <u>458</u> | <u>12.987</u> | <u>(458)</u> |
| Saldos em 31.12.2013 | <u>-</u> | <u>458</u> | <u>41.549</u> | <u>7.982</u> |

17. SINISTROS RECEBIDOS

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo de R\$2.630 (R\$3.551 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a indenizações do Itaú Seguros S.A. e da Sul América Seguros S.A. para execução de obras emergenciais e essenciais na manutenção de diversos locais sinistrados ao longo da rodovia.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) O capital social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$358.785 e em 31 de dezembro de 2013 é de R\$197.110. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 estão demonstradas a seguir:

| | <u>31.12.2014</u> | | |
|--------------|--------------------------------|------------------------------------|------------------|
| | Quantidade de ações subscritas | Quantidade de ações integralizadas | Participação - % |
| Arteris S.A. | <u>209.396.514</u> | <u>209.396.514</u> | <u>100,00</u> |

| | <u>31.12.2013</u> | | |
|--------------|---|--|----------------------------|
| | Quantidade de ações <u>subscritas</u> | Quantidade de ações <u>integralizadas</u> | <u>Participação -</u> % |
| Arteris S.A. | <u>142.426.758</u> | <u>142.426.758</u> | <u>100,00</u> |

Em 25 de fevereiro de 2014, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o aumento do capital da Sociedade, em dinheiro, no valor de R\$20.000, mediante a emissão de 8.244.023 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 17 de abril de 2014, a Sociedade aprovou em Assembleia Geral Ordinária o aumento de capital no valor de R\$7.675, integralizados mediante a reversão do valor dos dividendos obrigatórios constituídos em 31 de dezembro de 2013, não distribuídos.

Em 09 de maio de 2014, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o aumento do capital da Sociedade, em dinheiro, no valor de R\$20.000, mediante a emissão de 8.343.763 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 20 de maio de 2014, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital da Sociedade, em dinheiro, no valor de R\$10.000, mediante a emissão de 4.282.048 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 10 de junho de 2014, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital da Sociedade, em dinheiro, no valor de R\$10.000, mediante a emissão de 4.083.299 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 15 de setembro de 2014, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital da Sociedade, em dinheiro, no valor de R\$4.000, mediante a emissão de 1.628.664 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 14 de outubro de 2014, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital da Sociedade, em dinheiro, no valor de R\$25.000, mediante a emissão de 10.101.010 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 27 de novembro de 2014, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital da Sociedade, em dinheiro, no valor de R\$40.000, mediante a emissão de 17.094.017 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 29 de dezembro de 2014, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital da Sociedade, em dinheiro, no valor de R\$25.000, mediante a emissão de 10.056.315 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e retenção de lucros:

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

c) Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram integralizados no capital da Sociedade dividendos no montante de R\$7.675, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 originários da conta de dividendos mínimos obrigatórios provisionados naquela data.

O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 está demonstrado a seguir:

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido do exercício | 17.953 | 32.317 |
| Reserva legal de 5% | (898) | (1.616) |
| Base de cálculo | <u>17.055</u> | <u>30.701</u> |
| Dividendos propostos obrigatórios - 25% | <u>4.264</u> | <u>7.675</u> |

19. RECEITAS

Estão representadas por:

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receita de serviços prestados | 267.148 | 270.240 |
| Receita de serviços de construção | 435.615 | 251.685 |
| Outras receitas | <u>1.881</u> | <u>1.179</u> |
| | <u>704.644</u> | <u>523.104</u> |

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|-----------------|-------------------|-------------------|
| Receita bruta | 704.644 | 523.104 |
| ISSQN | (13.194) | (13.320) |
| PIS | (1.766) | (1.776) |
| COFINS | (8.156) | (8.197) |
| Outras deduções | <u>(363)</u> | <u>(215)</u> |
| Receita líquida | <u>681.165</u> | <u>499.596</u> |

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Custos: | | |
| Custo de construção | (435.615) | (251.685) |
| Com pessoal | (17.973) | (17.745) |
| Serviços de terceiros | (45.189) | (39.816) |
| Depreciação e amortização | (43.735) | (36.025) |
| Seguros e garantias | (4.698) | (3.846) |
| Conservação | (203) | (231) |
| Provisão de manutenção em rodovias | (6.116) | (13.431) |
| Taxa fiscalização | (11.955) | (11.307) |
| Outros | <u>(12.080)</u> | <u>(11.371)</u> |
| Total | <u>(577.564)</u> | <u>(385.457)</u> |
| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
| Despesas: | | |
| Com pessoal | (10.260) | (10.315) |
| Serviços de terceiros | (6.130) | (5.447) |
| Depreciação e amortização | (417) | (393) |
| Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais | (4.198) | (694) |
| Seguros e garantias | (13) | (12) |
| Consumo | (657) | (537) |
| Outros | <u>(2.386)</u> | <u>(1.755)</u> |
| Total | <u>(24.061)</u> | <u>(19.153)</u> |

21. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Receitas financeiras: | | |
| Juros ativos | - | 15 |
| Aplicações financeiras | 6.064 | 5.050 |
| Outras receitas | <u>266</u> | <u>244</u> |
| Total receitas | <u>6.330</u> | <u>5.309</u> |
| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
| Despesas financeiras: | | |
| Encargos financeiros | (53.408) | (47.799) |
| Encargos financeiros - ajuste a valor presente | (2.606) | (1.985) |
| Outras despesas | <u>(328)</u> | <u>(448)</u> |
| Total despesas | <u>(56.342)</u> | <u>(50.232)</u> |

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa: | | |
| Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais | 5.886 | 4.414 |
| Integralização de capital | 7.675 | 11.343 |
| Juros capitalizados | 19.194 | 8.290 |

23. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 27.490 | 49.123 |
| Alíquota vigente combinada | <u>34%</u> | <u>34%</u> |
| Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente nominal | (9.347) | (16.702) |
| Reconciliação para a alíquota efetiva: | | |
| Outros ajustes | <u>(190)</u> | <u>(104)</u> |
| Despesa contabilizada | <u>(9.537)</u> | <u>(16.806)</u> |
| Despesas de imposto de renda e contribuição social: | | |
| Correntes | - | - |
| Diferidos | (9.537) | (16.806) |

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em Lei nº 12.973 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade e suas controladas para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

A Sociedade decidiu pela não adoção antecipada conforme Lei 12.973/14.

24. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|-------------------------------|--------------------|--------------------|
| <u>Básico/Diluído</u> | | |
| Lucro líquido do exercício | 17.953 | 32.317 |
| Número de ações durante o ano | <u>209.396.514</u> | <u>142.426.758</u> |
| Lucro por ação - básico | <u>0,08574</u> | <u>0,24978</u> |

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação pois não houve durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados ou outras opções a serem conciliadas.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

- Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

- Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.
- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

| Ativos | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|-------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| | Empréstimos e recebíveis | Empréstimos e recebíveis |
| Caixa e equivalentes de caixa | 62.830 | 42.254 |
| Aplicações financeiras | 29.038 | 16.196 |
| Contas a receber de clientes | 15.737 | 14.588 |
| Partes relacionadas | 9 | 855 |
| Outras contas a receber | 221 | 114 |

| Passivos | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|------------------------------------|---|---|
| | Passivos financeiros ao custo amortizado | Passivos financeiros ao custo amortizado |
| Fornecedores e cauções contratuais | 47.951 | 36.296 |
| Empréstimos e financiamentos | 848.573 | 629.359 |
| Debêntures | 45.383 | 40.389 |
| Partes relacionadas | 167.026 | 154.850 |
| Taxa de Fiscalização | 1.002 | 947 |
| Outras contas a pagar | 94 | 229 |

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

| <u>Indicadores</u> | Cenário I (provável) | Cenário II (+ 25%) | Cenário III (- 25%) | Cenário IV (+ 50%) |
|-----------------------------------|-------------------------|-----------------------|------------------------|-----------------------|
| CDI | 12,50% | 15,63% | 9,38% | 18,75% |
| Juros a incorrer(*) | (20.221) | (25.277) | (15.166) | (30.332) |
| Receita de aplicações financeiras | 9.031 | 11.289 | 6.773 | 13.546 |
| | | | | |
| TJLP | 5,00% | 6,25% | 3,75% | 7,50% |
| Juros a incorrer(*) | <u>(43.679)</u> | <u>(54.594)</u> | <u>(32.762)</u> | <u>(65.508)</u> |
| | | | | |
| Juros a incorrer líquido(*) | <u>(54.869)</u> | <u>(68.582)</u> | <u>(41.155)</u> | <u>(82.294)</u> |

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN de 03 de janeiro 2014.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2014 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$15.737 (R\$14.588 em 31 de dezembro de 2013) das empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectcar e Visa Vale decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

| <u>Modalidade</u> | Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a. | <u>2015</u> | <u>2016</u> | <u>2017</u> | <u>2018</u> | 2019 em diante | <u>Total</u> |
|-------------------|--|----------------|----------------|----------------|----------------|-------------------|------------------|
| Debêntures | 8,49 | 47.962 | - | - | - | - | 47.962 |
| BNDES | 8,32 | <u>121.946</u> | <u>121.912</u> | <u>121.912</u> | <u>121.912</u> | <u>676.779</u> | <u>1.164.461</u> |
| Total | | <u>169.908</u> | <u>121.912</u> | <u>121.912</u> | <u>121.912</u> | <u>676.779</u> | <u>1.212.423</u> |

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a Sociedade mantém vigente as apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil para garantir a cobertura de danos decorrentes e inerentes às suas atividades, como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão e também de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2014, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

| <u>Modalidade</u> | <u>Riscos cobertos</u> | <u>Limites de indenização</u> |
|-------------------|--|-------------------------------|
| Todos os riscos: | Riscos patrimoniais/Perda de receita (*) | 160.000 |
| | Responsabilidade civil | 20.000 |
| Garantia: | Garantia de execução do contrato de concessão | 139.839 |
| (*) Por sinistro | | |

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Companhia” ou “Autopista Régis Bittencourt”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Companhia iniciou suas operações em 15 de agosto de 2008 com o objetivo exclusivo de explorar, sob o regime de concessão, o sistema rodoviário constituído pelos 401,6 quilômetros da rodovia Régis Bittencourt (BR-116), que conecta as cidades de São Paulo (SP) e Curitiba (PR), passando pelos municípios de Taboão da Serra, Embu das Artes, Itapeçerica da Serra, São Lourenço, Juquitiba, Miracatu, Juquiá, Registro, Pariquera-açu, Jacupiranga, Cajati e Barra do Turvo, no Estado de São Paulo, e Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Antonina, Colombo e Curitiba, no Estado do Paraná, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação, e os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público.

O prazo de concessão é de 25 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, encerrando-se em 15 de fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Atualmente, a Companhia opera seis praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária concedida, com as seguintes características:

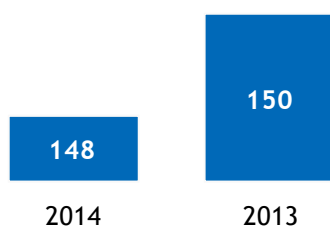
| Nome da Praça | Localização | Tarifa (R\$) |
|----------------------------|-------------------|--------------|
| São Lourenço da Serra - SP | BR 116 km 298+790 | 2,00 |
| Miracatu - SP | BR 116 km 370+400 | 2,00 |
| Juquiá - SP | BR 116 km 426+600 | 2,00 |
| Cajati - SP | BR 116 km 485+700 | 2,00 |
| Barra do Turvo - SP | BR 116 km 542+900 | 2,00 |
| Campina Grande do Sul - PR | BR 116 km 057+095 | 2,00 |

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

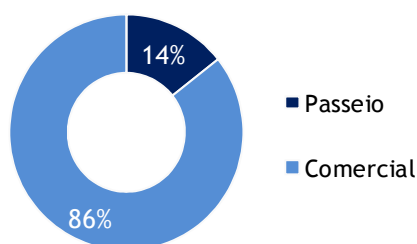
Tráfego

O tráfego pedagiado totalizou 148,2 milhões de veículos equivalentes em 2014, 1,2% inferior quando comparado ao exercício anterior. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias.

Tráfego Pedagiado
Veículos Equivalentes (milhões)

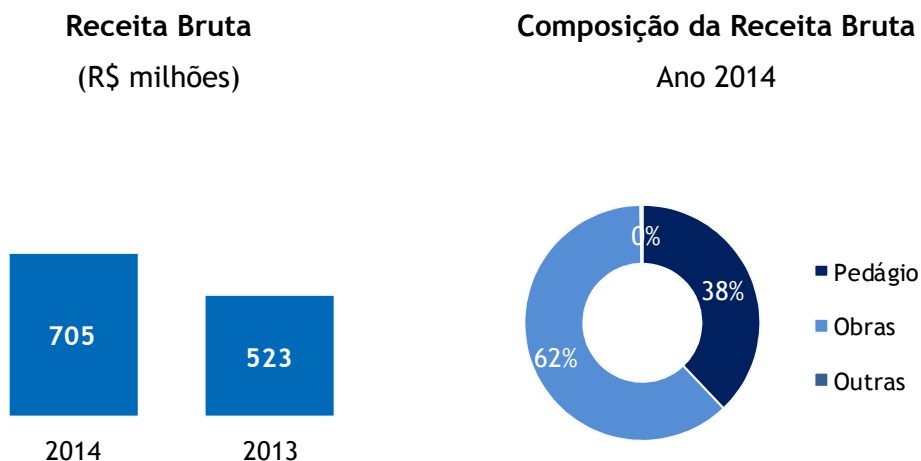


Composição do Tráfego
Ano 2014



Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$704,6 milhões em 2014, com aumento de 34,7% em relação aos R\$523,1 milhões registrados em 2013.



A receita de pedágio reduziu 1,1%, passando de R\$270,2 milhões em 2013 para R\$267,1 milhões em 2014. A principal razão que levou a redução foi a diminuição do tráfego pedagiado.

Já a receita de obras registrou acréscimo de R\$183,9 milhões (73,1%), passando de R\$251,6 milhões em 2013 para R\$435,6 milhões em 2014. Esse acréscimo foi ocasionado pelo maior volume de obras, principalmente pelas obras de duplicação do trecho central da Serra do Cafezal, incluindo a construção de três túneis.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$1,9 milhões (+59,6%) em 2014.

No ano de 2014, a Companhia obteve receita líquida de R\$681,2 milhões, superior em R\$181,6 milhões ao ano de 2013.

Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

| Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização) | | | |
|--|----------------|----------------|---------------|
| R\$ milhões | 2014 | 2013 | Var. |
| Custo dos serviços de construção | (435,6) | (251,7) | 73,1% |
| Custos dos serviços prestados | (51,3) | (45,3) | 13,2% |
| Despesas com pessoal | (28,2) | (28,1) | 0,4% |
| Provisão p/manutenção em rodovias | (6,1) | (13,4) | -54,5% |
| Conservação | (0,2) | (0,2) | 0,0% |
| Verba Fiscalização | (12,0) | (11,3) | 6,2% |
| Seguro Garantia | (4,7) | (3,9) | 20,5% |
| Remuneração da administração | (1,6) | (0,9) | 77,8% |
| Consumo | (2,0) | (1,8) | 11,1% |
| Outras receitas (despesas) operacionais líquidas | (17,8) | (12,5) | 42,4% |
| Custos e despesas | (559,5) | (369,1) | 190,2% |

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram um aumento de 190,2% em 2014 em comparação ao exercício de 2013. A variação é justificada pelos custos e despesas abaixo relacionados:

- Custo dos serviços de construção: aumento de 73,1% (R\$183,9 milhões) resultante do aumento dos investimentos em intangível na concessão, registrado em função da adoção do ICPC 01, com contrapartida em receitas de obras em igual valor, não impactando no resultado;
- Custos dos serviços prestados: aumento de R\$6 milhões motivados pelos reajustes contratuais, além do acréscimo com os custos de conservação, buscando o atendimento das obrigações do contrato de concessão e gerando maior segurança aos usuários da rodovia;
- Verba de Fiscalização: aumento de R\$700 mil em função da variação do IPCA do “ano concessão” que vai de março a fevereiro do ano seguinte, diferentemente do ano calendário (janeiro a dezembro);
- Seguros e garantias: aumento de 20,5% ou R\$800 mil, em função da renovação de seguros de riscos de engenharia (RC), demandados conforme o volume de novas obras contratadas para a rodovia, principalmente na duplicação da Serra do Cafezal;
- Consumo: aumento de R\$200 mil principalmente em razão do aumento com as despesas com aluguel de imóveis, devido à nova fórmula do rateio corporativo e a mudança de endereço do

escritório em São Paulo. Acrescenta-se também o aumento no consumo de energia elétrica e água;

- Outros: aumento de R\$5,3 mil ou 42,4% em decorrência principalmente do pagamento de autos de infração por parte da ANTT.

EBITDA e EBITDA Ajustado

| EBITDA | | | |
|---|--------------|--------------|---------------|
| R\$ milhões | 2014 | 2013 | Var. |
| Receita líquida | 681,2 | 499,6 | 36,3% |
| (-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização) | (559,5) | (369,1) | 51,6% |
| EBITDA | 121,7 | 130,5 | -6,7% |
| (+) Provisão para manutenção de rodovias | 6,1 | 13,4 | -54,5% |
| EBITDA Ajustado | 127,8 | 143,9 | -11,2% |

1 EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2014 em R\$127,8 milhões, com redução de 11,2% em relação ao ano anterior. Essa redução foi gerada, principalmente, pelo aumento dos custos e despesas, adicionado a redução do tráfego pedagiado, conforme mencionado anteriormente.

Resultado Financeiro

| Resultado Financeiro | | | |
|-------------------------------------|---------------|---------------|--------------|
| R\$ milhões | 2014 | 2013 | Var. |
| Receitas Financeiras | 6,3 | 5,3 | 18,9% |
| Despesas Financeiras | (56,3) | (50,2) | 12,2% |
| Resultado Financeiro Líquido | (50,0) | (44,9) | 11,4% |

O resultado financeiro líquido de 2014 foi negativo em R\$50 milhões, sendo 11,4% maior em relação ao ano de 2013.

As receitas financeiras apresentaram aumento de 18,9%, correspondendo a R\$1 milhão. Este aumento está diretamente relacionado ao ligeiro aumento no volume das aplicações financeiras.

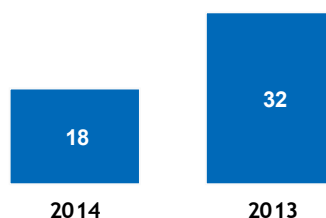
As despesas financeiras apresentaram aumento de R\$6,1 milhões (+12,2%) em consequência de novas liberações do empréstimo de Longo Prazo junto ao BNDES.

Lucro Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2014 com lucro líquido de R\$17,9 milhões. A redução da receita de pedágio em 1,1% e o aumento de custos e despesas (190,2%), levou ao decréscimo de 44,4% na lucratividade, em comparação ao exercício de 2013.

Os principais fatores que contribuíram para esse decréscimo foram: (i) despesas com depreciações e amortizações aumentadas em torno de 21,2% com relação a 2013, decorrentes da conclusão de novas obras, como a duplicação de mais 1,5 km na “Serra do Cafezal”; (ii) o aumento do prejuízo financeiro em 11,4%, no comparativo 2014 contra 2013, devido a novas liberações de empréstimos, conforme já mencionado anteriormente.

Lucro Líquido
(R\$ milhões)



Endividamento

| Endividamento | | | |
|---|----------------|----------------|--------------|
| R\$ milhões | 2014 | 2013 | Var. |
| Dívida Bruta | (893,9) | (669,8) | 33,5% |
| Curto Prazo | (112,3) | (37,4) | 200,3% |
| Longo Prazo | (781,6) | (632,4) | 23,6% |
| Disponibilidades e aplicações financeiras ¹ | 91,9 | 58,5 | 57,1% |
| Dívida Líquida | (802,0) | (611,3) | 31,2% |

¹ Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2014, o endividamento bruto totalizava R\$893,9 milhões, apresentando um aumento de R\$224,1 milhões (33,5%) em relação ao ano anterior. O aumento da dívida resulta principalmente devido as obras no trecho central da “Serra do Cafezal”, entre os km 344 e 363.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2014 em R\$802 milhões, apresentando um aumento de R\$190,7 milhões em relação ao montante de R\$611,3 milhões registrado no encerramento do exercício de 2013. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado ficou em 6,3x, ao final do exercício anterior esta relação era de 4,2x.

DIVIDENDOS

Durante o ano de 2014, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela integralização de capital no montante de R\$7,7 milhões com a utilização dos dividendos mínimos obrigatórios.

INVESTIMENTOS

Foram desembolsados R\$423,6 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos e manutenções previsto no contrato, dentre os quais vale destacar: (i) R\$268,8 milhões em melhoramentos da rodovia com execução de ruas laterais em pista simples, unidades de dispositivos de interseção e ampliação da capacidade com a duplicação da Serra do Cafezal; (ii) R\$84,4 milhões com manutenção da rodovia, destacando-se R\$52,6 milhões gastos com pavimento e R\$17,3 milhões com elementos de proteção e segurança; (iii) R\$19,7 milhões com recuperação de pavimento da rodovia, recuperação de obras de arte especiais e elementos de proteção e segurança; (iv) R\$26,4 milhões foram desembolsados com elaboração de projetos e desapropriações.

CONCLUSÃO DE OBRAS

No ano de 2014 as obras de maior relevância concluídas foram: alargamento, reparação e reforço de 06 Obras de Arte Especiais; implantação de ruas laterais entre os marcos quilométricos 412+890 e 416+530, 6+100 e 6+600, 457+900 e 458+800, situados simultaneamente em Juquiá/SP, Quatro Barras/PR e Pariquera-Açu/SP; entrega de 04 dispositivos em desnível e a Duplicação da “Serra do Cafezal”, entre os marcos quilométricos 361+600 e 363+100 - Lote 02.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

| | 2014 | 2013 |
|------------------|-------|-------|
| Empregos diretos | 633 | 630 |
| Rotatividade | 4,62% | 2,80% |

No que concerne à diversidade, a Autopista Régis Bittencourt apresenta uma participação majoritária de 55,1% de mulheres, contra 44,9% de homens. A média de idade está concentrada em 33 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com 61,4% dos profissionais. Vale mencionar que 14% possuem superior completo.

Ao longo de 2014, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 17.006 horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 26,8 horas de treinamento por profissional.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Sustentabilidade

A Arteris é uma empresa focada em desenvolver seus negócios de forma sustentável, garantindo que sua atuação permita o desenvolvimento dos municípios lindeiros, dos colaboradores e da sociedade como um todo. A companhia desenvolve diversos programas focados em reduzir acidentes nas rodovias sob concessão, assim como promover educação para o trânsito, a preservação ambiental e desenvolvimento sociocultural das comunidades em que está inserida.

Segurança

A Companhia possui a meta de reduzir em 50% o número total de acidentes nas estradas sob controle do grupo no período 2011-2020, reproduzindo internamente a meta da ONU sobre o tema - Década Mundial de Ações para a Segurança do Trânsito. A companhia mantém o GERAR - Grupo Estratégico para Redução de Acidentes, responsável por estabelecer estudos e planos de ação, para reduzir o número de acidentes. Em setembro de 2014, foi realizado o 1º Mês da Segurança Arteris, iniciativa voltada para conscientizar motoristas, colaboradores e a sociedade em geral sobre a importância de uma atitude consciente no trânsito. A iniciativa foi encerrada com o 1º Fórum Arteris de Segurança, com a presença de representantes de agências reguladoras do Estado de São Paulo e Federal, Polícia Rodoviária Estadual, Polícia Rodoviária Federal, instituições de pesquisa, OMS (Organização Mundial da Saúde), e organizações não governamentais.

Educação

A humanização do trânsito é prioridade da atuação da Arteris na área de educação. A companhia desenvolve o Projeto Escola, que prepara professores da rede pública para atividades com alunos de 1o e 2o graus, sobre segurança no trânsito. A mesma estratégia de abordagem é aplicada para a preparação desses profissionais sobre temas ambientais por meio do Viva Meio Ambiente.

O Projeto Escola é uma iniciativa de educação reconhecida pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). Também são desenvolvidas ações específicas por meio do Passarela Viva (voltada para pedestres), Viva Ciclista e Viva Motociclista, de forma a conscientizar esses públicos sobre a importância de uma postura responsável no trânsito.

Saúde

O Programa “Viva Saúde” já beneficiou quase 100 mil caminhoneiros por meio de orientações de saúde, segurança, exames gratuitos e vacinação. O motivo é que esses profissionais de transporte nem sempre possuem condições de realizar os cuidados com a saúde. Assim, o programa favorece uma abordagem preventiva e que estimula a qualidade de vida e as boas práticas.

Meio Ambiente

A sustentabilidade dos negócios é uma prioridade da companhia, objetivo este buscado por meio de controle de emissões e do uso racional de recursos naturais, assim como por programas envolvendo populações do entorno da rodovia. O Sistema de Gestão Ambiental é o mecanismo por meio do qual a Arteris e suas concessionárias acompanham a execução das ações nesta área. Focando a preservação das áreas próximas às rodovias, a Arteris desenvolve iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, plantio de mudas de vegetação nativa e iniciativas para prevenir acidentes nas rodovias envolvendo animais. Além disso, faz controle e reciclagem do lixo; possui convênios com várias Universidades Estaduais e Federais no controle da fauna; adota postura responsável com a utilização de cisternas para coleta de água de chuva em todas as suas bases operacionais, em prol da preservação da água.

Cultura e Esporte

O apoio a projetos esportivos e culturais relevantes para as regiões em que as concessionárias Arteris estão inseridas é uma prioridade da companhia, ao lado da promoção de parcerias com importantes instituições culturais para a promoção no Brasil de exposição de artistas de destaque no cenário internacional. Em 2014, a Arteris apoiou a vinda ao Brasil da exposição mais visitada no mundo, e mais completa já vista no Brasil do Salvador Dalí. Mais de 1,5 milhão de pessoas puderam apreciar obras do artista plástico espanhol no Rio de Janeiro e São Paulo. A companhia também promoveu parcerias com instituições de apoio a crianças especiais e outras entidades de forma a levar à exposição crianças e adultos que dificilmente teriam acesso a atividades culturais deste tipo.

Voluntariado

O público interno da companhia é estimulado a manter uma relação de proximidade com as comunidades em que estão inseridos por meio do Programa Voluntários. Desta forma, a empresa estimula os seus colaboradores a desenvolver uma atitude transformadora, que contribua para a construção de uma sociedade mais justa. A iniciativa ajuda no desenvolvimento das habilidades pessoais dos profissionais. Ao mesmo tempo, agrega valor aos negócios e fortalece a imagem da Arteris.

AGRADECIMENTOS

A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de funcionários pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n° 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria Parecer

Na qualidade de Diretores da CONCESSIONARIA, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S.

Declaração da Diretoria DF's

Na qualidade de Diretores da CONCESSIONARIA, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Registro, 25 de fevereiro de 2015.

Diretoria

Eneo Palazzi

Diretor Superintendente

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relação com Investidores

Maria de Castro Michelin

Diretora Jurídica

Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán

Conselheiro

Marta Casas Caba

Conselheira

Marcos Pinto Almeida

Conselheiro

Contador

Fábio dos Santos Carvalho

CRC RJ-090395/O-5 T SP